

Artigos Dossiê

Diplomacia de defesa e diplomacia militar: análise do Estado do Conhecimento (2009-2024)

Defense diplomacy and military diplomacy: State of Knowledge analysis (2009-2024)

Eduardo Porto de Miranda Marques¹ 

¹Escola Superior de Defesa, Brasília, DF, Brasil

Resumo

Esta pesquisa procurou analisar, por meio da metodologia do Estado do Conhecimento, os conceitos de diplomacia de defesa e diplomacia militar, situando o tema na produção científica nacional e utilizando como referência para análise documental os instrumentos normativos do Setor de Defesa envolvendo a atuação no exterior, como: a Estratégia Nacional de Defesa (END), a Política Nacional de Defesa (PND), o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) e a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI). O tema da diplomacia militar tem sido pouco abordado pelas Relações Internacionais (RI), ainda que tenha ganhado importância como fenômeno (SILVA, 2014). O corpus inclui 14 fontes, agrupadas em nove categorias. Notou-se que diplomacia militar é um conceito definido implicitamente por diferentes instrumentos legais, suas atividades são exploradas em caráter transversal em documentos de defesa como END/PND e LBDN e explorada explicitamente nos instrumentos normativos de Forças Singulares como no DAEBAI. Constatou-se no fenômeno denominado diplomacia de defesa um elevado grau de institucionalização, internacionalização e normatização, cuja expansão se deu especialmente após a Guerra Fria. A literatura dos textos-base trata de termos que estão entrelaçados, como diplomacia militar e diplomacia de defesa, sendo esse último mais abrangente e consistente.

Palavras-chave: Diplomacia; Setor de defesa; Diplomacia militar; Diplomacia de defesa; Estado do Conhecimento

Abstract

This research sought to analyze, through the State of Knowledge methodology, the concepts of military diplomacy and defense diplomacy, situating the theme in national scientific production and using as a reference for documentary analysis the normative instruments of the Defense Sector involving operations abroad, such as: the National Defense Strategy (END), the National Defense Policy (PND), the White Paper on National Defense (LBDN) and the Guideline for the Activities of the Brazilian Army in the International Area (DAEBAI). The justification is that the theme of Military Diplomacy has been little addressed by International Relations (IR), even though it has gained importance as a phenomenon (SILVA, 2014). The corpus includes 14 sources, grouped into nine categories. It was noted that military diplomacy is a concept defined implicitly by different legal instruments, its activities are explored transversally in defense documents such as END/PND and LBDN and explored explicitly in the normative instruments of individual Armed Forces such as the DAEBAI. The phenomenon known as defense diplomacy has shown high degree of institutionalization, internationalization and standardization, its expansion occurred especially after the Cold War. The literature of the base-texts deals with intertwined terms, such as military diplomacy and defense diplomacy, the latter being more comprehensive and consistent.

Keywords: Diplomacy; Defense sector; Military diplomacy; Defense diplomacy; State of Knowledge

INTRODUÇÃO

O papel não coercitivo desempenhado na política internacional pelas Forças Armadas e pelo Ministério da Defesa tem uma longa história, entretanto, tem sido pouco analisado nas Relações Internacionais (RI) (SILVA, 2014). Tratando-se de mentalidade de Defesa e auxílio no processo decisório, houve em 2021 a criação em Brasília/DF da Escola Superior de Defesa (ESD) e junto dela o Curso de Diplomacia e Defesa (CDIPLD) cujo objetivo é “desenvolver competências próprias da atividade diplomática para militares e civis em serviço da União no exterior, com ênfase nos interesses da Defesa Nacional” (BRASIL, 2022). No Itamaraty, houve crescimento das responsabilidades e das atribuições referentes à área da Defesa. Acerca da dimensão dos estudos de Defesa no órgão houve a reestruturação do Departamento de Assuntos Estratégicos, de Defesa e de Desarmamento. “No campo institucional, houve um ganho relativo de espaço do tema da Defesa na política exterior brasileira e, portanto, um aumento do perfil do setor de Defesa brasileiro no exterior” (BARROS; LIMA; BARROS, 2024, p.23).

Para delimitar o fenômeno, foi necessário fazer um recorte em relação ao assunto, levando em conta não as ações diplomáticas e a diplomacia em geral, mas entendendo o significado e práticas da diplomacia de defesa e militar, especificamente para o Ministério da Defesa (MD) e para o Exército Brasileiro (EB). Partimos da seguinte questão: como está situado o atual estado do conhecimento sobre diplomacia militar e diplomacia de defesa?

A Política de Defesa é uma política pública com características especiais em que uma das funções é o de “apoiar os interesses brasileiros no exterior” (BARROS; LIMA; BARROS, 2024, p.7). Nomeia-se isso como diplomacia de defesa, cooperação técnica, cooperação internacional do setor de Defesa, atividades de Defesa na área internacional, ou seja (BARROS; LIMA; BARROS, 2024):

“Essa face externa do setor de defesa é representada por cooperação técnica e assessorias militares, operações combinadas com nações amigas, cooperação fronteiriça, exercícios militares com forças estrangeiras, cooperação em ciência e tecnologia, cursos militares no exterior, reuniões bilaterais e multilaterais, viagens e programas de aquisição, desenvolvimento conjunto de produtos de defesa, e atuação de assessorias militares em organizações internacionais” (BARROS; LIMA; BARROS, 2024).

Vale notar que em um “ambiente internacional cada vez mais complexo e de uma crescente interdependência entre as nações em diversos domínios, a diplomacia ganha cada vez maior importância no encaminhamento das grandes questões globais” (BRASIL, 2016b, p.41). No atual contexto internacional de competição entre grandes potências, “faz-se mister coordenar todos os recursos de atuação internacional do setor de Defesa para a consecução dos objetivos da PND e da END” (BARROS; LIMA; BARROS, 2024, p 60).

Intersubjetivamente, a diplomacia de defesa é imensurável aos olhos frios e numéricos das exatas. Cooperação com países individuais e organizações internacionais para aprimorar capacidades, exercícios conjuntos de treinamentos, negociações bilaterais e multilaterais são algumas atividades que compõem a

diplomacia de defesa, o valor dela surge por meio da projeção de *soft power* de uma nação e seu posicionamento geopolítico e estratégico (BALAKRISHNAN, 2021). “O ato de diplomacia de defesa é um processo altamente valioso, pois requer negociação complexa e networking para impedir a guerra. Infelizmente ela não é capturada ao medir o valor na defesa” (BALAKRISHNAN, 2021, p.392).

Alguns exemplos de estudos sobre diplomacia voltada para a área de Segurança e Defesa na literatura acadêmica envolvem a investigação, por exemplo, de conceitos intercambiáveis: Diplomacia Naval (MACEDO, 2013), Diplomacia Militar (CASTRO, 2021; GRIGOLI, 2022; LOURES, 2023; SILVA, 2022; SOARES, 2009; VAZ; MIGON, 2013), Diplomacia de Defesa (ALBUQUERQUE, 2023; PEREIRA, 2017; SILVA, 2014; SILVA, 2015; SILVA, 2020; STUDART, 2019), Cooperação Militar (MEDEIROS FILHO, 2023; ALBUQUERQUE, 2023; SILVA, 2022) e Cooperação em Defesa (SILVA, 2020; VAZ; MIGON, 2013).

O presente artigo procurou analisar, por meio da metodologia qualitativa do Estado do Conhecimento, os conceitos de diplomacia militar e diplomacia de defesa, utilizando como referência documentos normativos do setor de Defesa como, por exemplo: a Estratégia Nacional de Defesa (END), a Política Nacional de Defesa (PND), o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) e a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI). Não será utilizado o Plano Estratégico do Exército (PEEx), que contém os Objetivos Estratégicos do Exército (OEE) ou quaisquer políticas mais setoriais. O intuito da revisão documental foi identificar o significado de diplomacia militar, sua definição e algumas das possíveis mudanças que ocorreram em sua trajetória/percurso dentro da Política de Defesa. Os quatro documentos foram utilizados com base no que os autores citados realizaram previamente em suas análises.

A revisão, sistematização e categorização bibliográfica se deu com o intuito de situar a pesquisa no campo do conhecimento, por meio da seleção de obras acadêmicas em bases de busca nacionais e uma internacional, a saber: no Portal de Periódicos da CAPES; a Revista Brasileira de Estudos de Defesa (RBED); a Rede *Scientific*

Electronic Library Online (SciELO); a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); o Banco de Teses e Dissertações da CAPES; e *Taylor & Francis Online*.

O artigo encontra-se estruturado em quatro subseções: a primeira com o tema “END/PND, LBDN e DAEBAI: instrumentos normativos estratégicos”, a segunda com o título “Estado do Conhecimento sobre diplomacia militar e diplomacia de defesa”, a terceira “Diplomacia Militar na literatura acadêmica e científica” e por último as considerações finais.

END/PND, LBDN E DAEBAI: INSTRUMENTOS NORMATIVOS ESTRATÉGICOS

O Ministério da Defesa tem por competência, dentre uma variedade de coisas, o relacionamento internacional de defesa (BRASIL, 2020b). Acerca da atuação do Brasil no cenário internacional e a articulação entre Política Externa, Diplomacia e Defesa algumas das principais normatizações são a Estratégia Nacional de Defesa (END) e a Política Nacional de Defesa (PND) dos anos de 2012, 2016 e 2020, e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) dos anos de 2012 e 2020. Esses documentos orientadores, “têm logrado apresentar algumas prioridades gerais para a atuação internacional do setor de defesa brasileiro” (Barros; Lima; Barros, 2024, p.9). De acordo com a END/PND de 2020, sobre atuação exterior “identificam-se três eixos prioritários: i) entorno estratégico; ii) países detentores de maiores capacidades tecnológicas; e iii) Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)” (BARROS; LIMA; BARROS, 2024, p.9).

Ambos os Livros Brancos se referem à cooperação e à dissuasão na estreita vinculação entre Política de Defesa e sua Política Externa, voltada para a causa da paz, da integração e do desenvolvimento (BRASIL, 2012a; BRASIL, 2020b). No capítulo três “a Defesa e o Instrumento Militar” do LBDN 2012, consta:

“No que se refere ao cenário internacional, a vertente preventiva da defesa nacional reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e em postura estratégica baseada na existência de reconhecida capacidade militar” (BRASIL, 2012a, p.53).

No capítulo três do LBDN 2012 “a Defesa e o Instrumento Militar” encontram-se nas subseções de “intercâmbio e cooperação com outros países” as ações para ampliar a projeção do País no contexto mundial, como: participação das Forças em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais (ONU), o intercâmbio com as Forças Armadas de outras nações, particularmente América do Sul e na costa ocidental da África, e reforçar laços com países do IBAS (Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul) e do grupo BRICS. No LBDN 2020 no mesmo capítulo, nas seções de cada uma das três Forças encontram-se subseções de “intercâmbio e cooperação com outros países” que se referem as suas atividades internacionais. No capítulo três “a Defesa e o Instrumento Militar” do LBDN 2020, consta:

“A Defesa e a Diplomacia são importantes vetores para a preservação e o fortalecimento da Soberania Nacional, o que exige coordenação estreita entre as políticas externa e de defesa, na medida em que esta oferece salvaguardas imprescindíveis para a atuação do Brasil no cenário internacional” (BRASIL, 2020b, p.15).

No LBDN 2020 acerca da ação conjunta dos Ministérios da Defesa (MD) e das Relações Exteriores (MRE):

“A participação articulada de militares e diplomatas em fóruns multilaterais incrementa a capacidade de as políticas externa e de defesa defenderem, no exterior, os interesses brasileiros. Essa atuação conjugada deve visar à diversificação de parcerias estratégicas, a cooperação e o intercâmbio militar com as Forças Armadas de nações amigas, de maneira a fortalecer as relações entre países” (BRASIL, 2020b, p.37).

A PND de 2012 diz em “Orientações” que o Brasil “deverá buscar parcerias estratégicas, visando a ampliar o leque de opções de cooperação na área de defesa e as oportunidades de intercâmbio” (BRASIL, 2012b, p.32), além disso:

“Para ampliar a projeção do País no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, o Brasil deverá aperfeiçoar o preparo das Forças Armadas para desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais, de acordo com os interesses nacionais.” (BRASIL, 2012b, p.33).

No contexto da PND 2020, em “o contexto da Política Nacional de Defesa” é citado o esforço de articulação diplomático-militar e mais especificamente em “Objetivos nacionais de Defesa” temos: “Incrementar a projeção do País no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais” (BRASIL, 2020c, p.25).

A PND 2016 e 2020 em “Concepção Política de Defesa” há menção a um trinômio Desenvolvimento, Diplomacia e Defesa, porém a PND 2016 traz como um dos objetivos “promover o intercâmbio com países de maior interesse estratégico no campo de defesa” (BRASIL, 2020c; BRASIL, 2016b, p.21) trecho inexistente na PND 2020. Outro trecho da PND 2020 e da PND 2016 é o de “Concepção Estratégica de Defesa” onde fica claro a prevalência da ação diplomática e também que o setor de Defesa contribui para o propósito da diplomacia ao interagirem com as contrapartes de outros países, aumentando assim a transparência e a confiança mútua.

É possível notar que atividades relacionadas a “diplomacia militar” e “diplomacia de defesa” na PND 2016 podem ser encontradas no Objetivo Nacional de Defesa , 5 e 7 (OND-3, OND-5 e OND-7) e suas ações estratégicas de defesa mais especificamente no ED-6 “Fortalecimento da capacidade de dissuasão” (AED-33 e AED-34), no ED-7 “Emprego de ações diplomáticas relacionadas à defesa” (AED-36 e AED-37), no ED-11 “Promoção da Integração Regional” (AED-45 e AED-46), no ED-12 “Promoção da cooperação internacional” (AED-47 e AED-48) e no ED-13 “Atuação em organismos internacionais” (AED-49 e AED-50) (BRASIL, 2016b). Já na PND 2020 se encontram tais atividades no Objetivo Nacional de Defesa V e VII, mais especificamente no ED-12 “Emprego de Ações Diplomáticas Relacionadas à Defesa” (AED-67 e AED-68), no ED-15 “Promoção da Integração Regional” (AED-77 e AED-78), no ED-17 “Atuação em Organismos Internacionais” (AED-82, AED-84 e AED-85) e no ED-16 “Promoção da Cooperação Internacional” (AED-80, AED-81, AED-82 e AED-83). Tanto a PND quanto a END possuem orientações genéricas, “tal abordagem pode ser resultado tanto de uma escolha política quanto de ausência de clareza conceitual” (BARROS; LIMA; BARROS, 2024, p.11).

Além dos documentos estratégicos normativos importantes mencionados, as três Forças apresentam suas próprias diretrizes de engajamento internacional (BARROS; LIMA; BARROS, 2024, p.15). Um caso específico, do Exército Brasileiro, é a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI), que orienta suas ações no plano internacional em sua quarta versão, existindo apenas as versões de 2013, 2016, 2020 e 2024. “O próprio Exército e o Estado-Maior do Exército (EME) definem as prioridades em detrimento do MD” (BARROS; LIMA; BARROS, 2024, p.16). “Nota-se que, por fragilidade institucional ou por decisão política, o MD garante amplo espaço para que as Forças Singulares definam as prioridades de seus relacionamentos internacionais” (BARROS; LIMA; BARROS, 2024, p.16).

O DAEBAI tem por finalidade “estabelecer as orientações básicas, de caráter geral, para subsidiar o planejamento e as ações das atividades afetas ao Exército Brasileiro (EB) na área internacional [...] (BRASIL, 2013, p.6), definição praticamente igual de sua versão mais atualizada (2024). O documento menciona o uso dos instrumentos da diplomacia militar, suas atividades, sua definição e seus propósitos. Segundo o DAEBAI 2013, diplomacia militar é:

“O conjunto de ações de cooperação na Área de Defesa, levadas a efeitos entre países amigos, incluindo estabelecimento de aditâncias militares, realização de conferências bilaterais, ações militares combinadas, intercâmbios entre estabelecimentos de ensino, entre outras” (BRASIL, 2013, p.19).

O mesmo documento, a diplomacia militar visa “promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial” (BRASIL, 2013, p.19). Segundo o DAEBAI 2016, ela visa: “promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a capacitação do pessoal, a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial” (BRASIL, 2016a, np. online). Segundo o DAEBAI 2020, ela é entendida como:

“O rol de atividades desenvolvidas pelos militares em prol da Política Externa do País visa a promover intercâmbios e cooperações, construindo

relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a capacitação do pessoal, a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial” (BRASIL, 2020a, np. online).

Já no DAEBAI 2024, ela é definida como “Conjunto de atividades realizadas pelo EB na área internacional, visando cooperar com os Objetivos Nacionais de Defesa (OND) e com os Objetivos Estratégicos do Exército (OEE)” e afirma que “todas as atividades realizadas por militares do EB em missões oficiais no exterior são parte da Diplomacia Militar” (BRASIL, 2024, np. online).

A versão DAEBAI de 2013 foi a primeira e trouxe uma correlação entre objetivos e áreas geográficas de maior interesse que são descritas em ordem de prioridade para direcionar os esforços como: 1) Ambiente Regional (América do Sul) – Cooperação, integração e intercâmbio de conhecimentos; 2) Entorno Estratégico (África Austral e CPLP) - Cooperação e Integração; 3) Arco do Conhecimento (EUA-Europa-Ásia, mas também Canadá) – Cooperação, aquisição de conhecimentos e capacitação profissional; 4) México e América Central; 5) Ásia-Oriente Próximo e Médio – Cooperação, diversificação e novas oportunidades; 6) Ásia-Pacífico e Oceania - Cooperação, integração, diversificação e novas oportunidades (BRASIL, 2013).

Na versão DAEBAI de 2016, as prioridades estabelecidas para atividades na área internacional para as regiões não estão mais configuradas especificamente em ordem de relevância/importância, trazem: América do Sul – Cooperação e integração; África – Cooperação; EUA, Canadá e Europa – Capacitação e integração; América Central, Caribe e México – Cooperação e Integração; e as demais regiões Oriente Médio e Sudoeste Asiático, e Leste Asiático e Oceania como áreas de novas oportunidades (BRASIL, 2016a).

Na versão DAEBAI de 2020, temos as mesmas prioridades estabelecidas para atividades na área internacional para as regiões (não configuradas em ordem de relevância/importância), que são: América do Sul – Cooperação e integração; África – Cooperação; EUA, Canadá e Europa – Capacitação e integração; América Central,

Caribe e México – Cooperação; e as demais regiões Oriente Médio e Sudoeste Asiático, e Leste Asiático e Oceania como áreas de novas oportunidades (BRASIL, 2020a).

Tratando de ações e atividades, a versão DAEBAI de 2024, a priorização de ações das atividades e dos instrumentos se dá em função dos impactos desejados nos objetivos da diplomacia militar, tendo em vista a necessidade de otimizar os recursos disponíveis (BRASIL, 2024) conforme Figura 1.

Figura 1 – Correlação entre os instrumentos e os objetivos da Diplomacia Militar

OBJETIVOS	INSTRUMENTOS							
	REPRESENTAÇÃO DIPLOMÁTICA MILITAR.	INTERCÂMBIO MILITAR	VISITAS AOS EXÉRCITOS DE NAÇÕES AMIGAS.	CONFERÊNCIAS BILATERAIS	PARTICIPAÇÃO EM FÓRUNS MULTILATERAIS E/OU EM ATIVIDADES RELEVANTES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS	COOPERAÇÃO	AÇÃO COLABORATIVA	OPERAÇÕES DE PAZ E AJUDA HUMANITÁRIA
Cooperar com a política externa brasileira, no que se relaciona às relações entre o EB e os exércitos das nações amigas e mecanismos de promoção da paz.	X	-	X	X	X	X	X	X
Colaborar para a integração do entorno estratégico, principalmente com a América do Sul, fomentando a confiança e a transparência entre as Forças, com vistas à estabilidade regional.	X	X	X	X	X	X	X	-
Colaborar para o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e para as capacidades tecnológicas.	X	X	X	-	-	X	X	-
Contribuir para a capacitação e emprego em operações internacionais, de acordo com os interesses nacionais e os compromissos internacionais assumidos pelo País.	-	X	X	X	-	X	-	X
Contribuir para o aperfeiçoamento dos diversos sistemas militares terrestres, aumentando a capacidade dissuasória.	X	X	X	X	-	X	-	-

Fonte: BRASIL (2024)

Em ordem, as prioridades para a execução das atividades são: 1) compromissos assumidos pelo Comando do Exército; 2) entendimentos de compromissos internacionais assumidos em acordos; 3) entendimentos resultantes da Conferência dos Exércitos Americanos (CEA), reuniões bilaterais ou multilaterais no âmbito da Defesa e Conferências Bilaterais de Estado-Maior (CBEM); 4) entendimentos resultantes de Reunião de Coordenação Militar (RCM); 5) entendimentos resultantes de Reunião Regional de Intercâmbio Militar (RRIM); 6) intercâmbios, cursos, estágios, viagens, visitas e representações não contemplados nas prioridades anteriores (atividades inopinadas) (BRASIL, 2024).

Acerca do tipo de prioridade que se busca com cada país ou região, nas versões de 2013, 2016 e 2020 há um “direcionamento pouco explícito sobre os mecanismos em que o Brasil busca engajar-se em cada uma das regiões” (BARROS; LIMA; BARROS, 2024, p.16). Diferentemente das outras versões, a revisão do DAEBAI 2024 nos traz de forma mais explícita os instrumentos e mecanismos, bem como a correlação entre instrumentos e objetivos da diplomacia militar, deixando de lado a priorização de ações das atividades baseada em determinadas regiões geográficas de maior interesse, algo presente nos instrumentos normativos anteriores (BRASIL 2013; BRASIL, 2016a, BRASIL, 2020a; BRASIL, 2024).

ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE DIPLOMACIA MILITAR E DIPLOMACIA DE DEFESA

O Estado do Conhecimento é uma metodologia de pesquisa científica de caráter qualitativo que é útil para trabalhos acadêmicos, pois permite ao pesquisador conhecer e refletir sobre as publicações relacionadas ao tema no campo científico (MOROSINI; NASCIMENTO; NEZ, 2021, p.70). Ela ajuda o pesquisador a construir um levantamento teórico consistente. Nesse sentido, a metodologia utilizada serviu de apoio à construção do artigo, por ser uma sofisticação da revisão bibliográfica e um inventário descritivo, a ferramenta permitiu ao autor se apropriar do conhecimento do tema, da área/campo

de conhecimento e do objeto de estudo/pesquisa. A metodologia em questão segue algumas etapas constitutivas, conforme detalhado na Figura 2. Segundo Morosini e Fernandes (2014) e Morosini, Nascimento e Nez (2021):

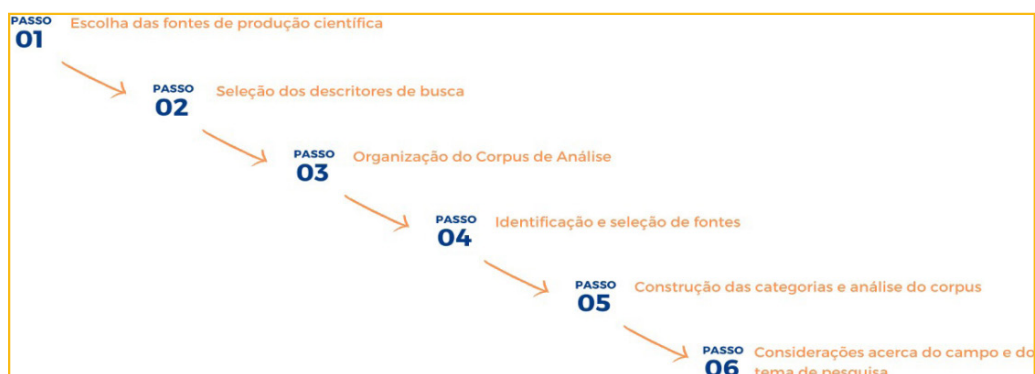
“Estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica” (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p.155).

Além disso:

“Como atividade acadêmica busca conhecer, sistematizar e analisar a produção do campo científico sobre determinada temática, subsidiar a dissertação e/ou tese em educação, delimitando o tema e ajudando a escolher caminhos metodológicos e elaborar a produção textual para compor a dissertação/ tese.” (MOROSINI; NASCIMENTO; NEZ, 2021, p.71).

A metodologia em questão parte da identificação dos termos indutores de busca e das fontes de busca (bases de dados acadêmicos nacionais e/ou internacionais) para realizar a identificação de fontes que se constituirão um *corpus* de análise, ou seja, o material de análise. Nesse sentido, para as etapas 1 e 2 do Estado do Conhecimento, a coleta de dados para o *corpus* de análise deste trabalho foi realizada em bases de dados científico-acadêmicos nacionais *open source* e na *Taylor & Francis*, e se deu em seis (06) bases de busca, são elas: o Portal de Periódicos da CAPES; a Revista Brasileira de Estudos de Defesa (RBED); a Rede *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); o Banco de Teses e Dissertações da CAPES; e *Taylor & Francis Online*.

Figura 2 – Fluxo do processo constitutivo do Estado do Conhecimento



Fonte: MOROSINI; NASCIMENTO; NEZ (2021, p. 71)

Foram escolhidas teses, dissertações e artigos publicados em revistas/periódicos acadêmicos online para compor o material bibliográfico utilizando descritores de busca (termos padronizados) baseados no tema principal deste trabalho, que é a cooperação bilateral no setor de Defesa. Foram excluídos quaisquer Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). Portanto, foram utilizadas as palavras-chave “diplomacia militar” e “diplomacia defesa” em língua portuguesa, sem aspas e sem critério de exclusão temporal em *sites* com acesso aberto. Não foi escolhido como critério de exclusão na busca uma seleção temporal para a bibliografia pois o tema é relativamente recente na academia e os resultados não foram excessivos numericamente.

O resultado inicial da busca resultou em seiscentos e cinquenta e três (653) resultados para os dois termos indutores de busca. Foi feita bibliografia anotada conforme a etapa 3 do Estado do Conhecimento, em seis diferentes bases de busca, conforme detalhado na tabela um e dois. Nesse sentido, o primeiro passo é a leitura flutuante, para construção da bibliografia anotada para que depois os selecionados componham bibliografia sistematizada. A seleção dos achados na bibliografia anotada totalizou quatorze (14) trabalhos acadêmicos, de recorte temporal de 2009 a 2023, o mais antigo de 2009.

Foi sistematizada a bibliografia de disposição livre em dois blocos, de acordo com o objetivo da investigação, mostrando os termos de busca, assim elaborando duas tabelas (uma com 10 obras e outra com 4 obras) dos quatorze (14) trabalhos selecionados, sendo sete (07) artigos científicos, cinco (05) dissertações de mestrado e duas (02) teses de doutorado, sendo o mais antigo do ano de 2009, conforme detalhado nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1 – Busca por “diplomacia militar”

Base de dados	Nº	Título e tipo	Autor	Ano	Instituição/Acervo /Revista
Periódicos da CAPES	1	A diplomacia de defesa na política internacional. Artigo.	SILVA, Antonio Ruy de Almeida.	2015	Revista da EGN.
	2	A ONU e a Diplomacia militar: a influência das agendas nacionais na Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS). Artigo.	GRIGOLI, Guilherme de Araujo; CASTRO, Lucas Amorim Poyares	2022	Conjuntura Austral.
	3	Diplomacia cultural & diplomacia militar: o caso brasileiro. Artigo.	SOARES, Maria Susana Arroza	2009	Estudios Avanzados.
	4	O Brasil e as alternativas para o incremento da cooperação em Segurança & Defesa na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Artigo.	VAZ, Carlos Alberto Moutinho; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser	2013	Revista da Escola Superior de Guerra.
RBED	1	Cooperação militar e fronteiras na Amazônia: O caso do Brasil e da Colômbia. Artigo.	MEDEIROS FILHO, Oscar	2023	Revista Brasileira de Estudos de Defesa.
SciELO	0	-	-	-	-
BDTD	1	Diplomacia de Defesa: Instrumento Estratégico de Poder Inteligente na Política Externa do Brasil. Dissertação.	PEREIRA, Eduardo de Souza	2017	Instituto de Estudos Estratégicos - Universidade Federal Fluminense.
Banco de Teses e Dissertações da CAPES	1	A Diplomacia Militar como Condutora da Política Externa Brasileira: O Caso Brasil-Estados Unidos da América, 1939-1991. Dissertação.	SILVA, Vinicius Lemos Da.	2022	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
	2	Participação dos Militares Brasileiros nas Operações de Paz entre os Anos 2003-2010: Um Ponto de Interseção entre Política Externa e Política de Defesa do País. Dissertação.	LOURES, Debora Bedim	2023	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
	3	A Diplomacia Militar como um Instrumento da Política Externa Brasileira: Estudo da Superação da Rivalidade Brasileiro-Argentina na Crise de Itaipu. Dissertação.	CASTRO Lucas Amorim Poyares	2021	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
	4	Título: A Diplomacia de Defesa na Sociedade Internacional. Tese.	SILVA, Antonio Ruy de Almeida.	2014	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Fonte: Autor (2026)

Tabela 2 – Busca por “diplomacia defesa”

Base de dados	Nº	Título e tipo	Autor	Ano	Instituição/Acervo/Revista
Periódicos da CAPES	1	O Exército Brasileiro e a Diplomacia de Defesa: Cooperação e Estabilidade no Cone Sul. Artigo.	ALBUQUERQUE, Thiago Britto	2023	Revista de Geopolítica.
	2	Perspectivas da diplomacia naval. Artigo.	MACEDO, Oswaldo Henrique Teixeira de	2013	Revista da Escola de Guerra Naval (EGN)
RBED	0	-	-	-	-
SciELO	0	-	-	-	-
BDTD	0	-	-	-	-
Banco de Teses e Dissertações da CAPES	1	O Soldado Além da Guerra: Ações do Exército na Diplomacia de Defesa Brasileira a Partir de 2005. Tese.	STUDART, Alvaro Vasconcelos	2019	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.
	2	Diplomacia de defesa de cooperação em defesa: contribuições para a paz e a segurança marítima regionais. Dissertação.	SILVA, Marcio Magno de Farias Franco	2020	Escola Superior de Guerra.

Fonte: Autor (2026)

Para a construção das categorias analíticas, foram analisadas em seu conteúdo as fontes selecionadas da bibliografia anotada/sistematizada e assim construída a bibliografia categorizada, dando direcionamento similar ao conteúdo em alguns agrupamentos, conforme detalhado na Tabela 3. Obtivemos as categorias observando os temas na introdução e dimensão/nível de análise dos trabalhos. Obtivemos as subcategorias aprofundando na leitura (da estrutura e da redação) dos trabalhos.

Pôde-se notar o nível regional, com seis (06) subcategorias, composto por oito (08) obras e o nível internacional, com quatro (04) subcategorias e composto por seis (06) obras. O nível regional possui trabalhos sobre América do Norte (1), Cone Sul (2),

Atlântico Sul (1), ZOPACAS (2), Amazônia (1) e América do Sul (1); O nível internacional envolve trabalhos sobre Operações de Paz da ONU (2), práticas sociais (3) e práticas em diferentes países (1).

Tabela 3 – Bibliografia categorizada

Categorias	Subcategorias	Textos alocados
Regional (nível/dimensão de análise no âmbito regional)	América do Norte (1)	Silva, 2022.
	Cone Sul (2)	Albuquerque, 2023; Castro, 2021.
	Atlântico Sul (1)	Silva, 2020.
	ZOPACAS (2)	Macedo, 2013; Vaz; Migon, 2013.
	Amazônia (1)	Medeiros Filho, 2023.
	América do Sul (1)	Soares, 2009.
Internacional (nível/dimensão de análise no âmbito internacional/sistêmico)	Operações de Paz - Sistema ONU (2)	Grigoli; Castro, 2022; Loures, 2023.
	Práticas sociais (3)	Silva, 2014; Silva, 2015; Studart, 2019.
	Práticas em diferentes países (1)	Pereira, 2017.

Fonte: Autor (2026)

Pôde-se notar que o nível nas análises dos textos varia em dimensões regional e internacional, poucos tratando de relações bilaterais entre países, a maioria tratando sobre atuação em organismos multilaterais, sejam eles regionais e/ou internacionais. É importante salientar que na América do Sul, Atlântico Sul, Países da costa ocidental africana e Países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) são áreas de prioridade (interesse estratégico) da Política de Defesa brasileira (BRASIL, 2020c; BARROS; LIMA; BARROS, 2024) assim como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e a região da Amazônia.

Pôde-se notar que existem quatro grandes focos nas interpretações sobre diplomacia militar e de defesa. Primeiro lugar, os autores Albuquerque (2023), Studart (2019) e Castro (2021) refletem a partir do caso do Exército Brasileiro, com

os dois últimos tratando da região do Cone Sul. Segundo lugar, os autores Studart (2019), Loures (2023), Pereira (2017) e Grigoli e Castro (2022) refletem pelo contexto das Operações de Paz e Sistema ONU. Terceiro lugar, Silva (2020), Macedo (2013) e Vaz e Migon (2013) refletem a partir do Atlântico Sul e das ZOPACAS. Por fim, Soares (2009), Silva (2022), e Medeiros Filho (2023) focam na América do Sul, com os últimos dois dando destaque para relações com América do Norte e no âmbito de países amazônicos respectivamente.

DIPLOMACIA MILITAR NA LITERATURA ACADÊMICA E CIENTÍFICA: REVISÃO TEÓRICA

O esforço teórico e epistemológico mais consistente para se chegar a uma definição de diplomacia de defesa vem de dois trabalhos de Silva (2014) e (2015), que se apoiando na Escola Inglesa das RI, utilizam a revisão conceitual para chegar a uma definição abrangente do termo (STUDART, 2019). A diplomacia se institucionaliza pelas práticas sociais, crenças e normas que são reproduzidas, no tempo e no espaço, pelos agentes oficiais atuam na política internacional (SILVA, 2014, p.48). Quando esse processo se desenvolve no campo da Segurança e da Defesa é comumente denominado diplomacia militar ou de defesa (SILVA, 2014, p.48). Segundo Silva: “Os termos ‘diplomacia de defesa’ e ‘diplomacia militar’ poderão ser encontrados indistintamente, pois os documentos e artigos sobre essa atividade, normalmente, usam os dois indistintamente para representar o mesmo fenômeno” (SILVA, 2014, p.48).

A definição de diplomacia militar foi utilizada até o término da Guerra Fria, enquanto que Diplomacia de Defesa foi muito utilizada no pós-Guerra Fria como uma nova diplomacia, período em que houve sua expansão (SILVA, 2014; SILVA, 2015). Possui diferentes escalas de atuação dependendo dos países, da região e dos recursos tangíveis e intangíveis da Defesa (SILVA, 2014, p.48). “Embora a diplomacia de defesa inclua a cooperação militar ou ‘de segurança’, ela é mais abrangente que

esta” (SILVA, 2014, p.97). Historicamente, a designação de adidos na diplomacia de defesa e de instrutores ou a manutenção de missões militares em outros países foi se disseminando (SILVA, 2014, p.105). Ou seja, ela é mais abrangente que as relações militares, normalmente denominadas diplomacia militar (SILVA, 2014, p.98).

Nesse sentido, diplomacia militar pode ser definida como: “conjunto de práticas sociais específicas de agentes oficiais para administrar as relações não coercitivas no âmbito militar entre os Estados e outras entidades que atuam na política internacional” (SILVA, 2015, p.98; SILVA, 2015, p.190-191). A diplomacia de defesa, de outra forma, como coloca Silva, é: “conjunto de práticas sociais específicas de agentes oficiais, para construir e reproduzir as relações não coercitivas no âmbito da Defesa entre os Estados e outras entidades com status na política internacional” (SILVA, 2014, p.95; SILVA, 2015, p.188-189). Os principais atores ou ‘agentes oficiais’ são, portanto, os civis e militares no âmbito da Defesa (MD, FAs e MRE) (SILVA, 2014, p.95; SILVA, 2015).

Sumarizando, a diplomacia de defesa tem diferentes interpretações, podendo revelar ambiguidades:

“O incremento da interdependência e da relação entre a segurança e o desenvolvimento, o alargamento do conceito de segurança, a diminuição conjuntural da probabilidade do conflito interestatal e a natureza ambígua dos recursos militares, foram alguns dos fatores que contribuíram para a ideia da expansão das práticas sociais relacionadas com a diplomacia de defesa (SILVA, 2015, p.199).

A diplomacia de defesa, segundo o autor previamente citado, é uma instituição da Sociedade Internacional e uma substituição da diplomacia, pois se caracteriza por seu campo de atuação (aquele relacionado com os recursos tangíveis e intangíveis da Defesa) e por sua natureza não coercitiva (SILVA, 2015, p.190). “Sua principal característica é a construção e reprodução de relações no âmbito da Defesa entre os Estados e outras entidades que atuam na política internacional que não implicam a ameaça ou no uso da força” (SILVA, 2014, p.96).

Resumidamente, o fenômeno denominado diplomacia de defesa apresenta um elevado grau de institucionalização, internacionalização e normatização. Acerca da internacionalização, sua disseminação se deu em escala mundial. Os seus mecanismos e os acordos são de caráter bilateral ou multilateral. Os multilaterais geralmente são estabelecidos no âmbito regional (SILVA, 2014, p.52). Embora a maioria tenha um caráter regional, existem outros com abrangência global ou inter-regional, como fóruns de diálogo (SILVA, 2014, p.84). Segundo o autor:

“Os mecanismos da diplomacia de defesa são comumente caracterizados por um conjunto de ideias e crenças, que sustentam as práticas sociais e as normas que os constituem, e por uma institucionalização burocrática, que garante a organização e a estrutura necessárias para o seu funcionamento no tempo e no espaço. Eles provêm as condições para as interações no âmbito da Defesa entre os Estados e outras entidades que atuam na política internacional” (SILVA, 2014, p.53).

Acerca da institucionalização, “a troca ou designação de adidos militares constitui uma das práticas mais antigas, comuns e visíveis da diplomacia de defesa” (SILVA, 2014, p.162). Além disso, destacam-se “práticas relacionadas ao aprimoramento da capacidade militar de outros Estados e à interoperabilidade, tais como os exercícios militares, troca de pessoal, treinamento e cursos, fornecimento de equipamentos, etc.” (SILVA, 2014, p.162-163). Ou seja, a institucionalização se deu com escolas militares e o aumento das interações entre as Forças Armadas dos países (SILVA, 2014, p.106) e “se estende para as áreas de estudo, ensino e treinamento para civis e militares na área da segurança e da defesa” (SILVA, 2014, p.76). “O intercâmbio para estudar ou treinar em determinadas unidades militares de outros Estados foi se consolidando no tempo e no espaço e, atualmente, se tornou rotineiro” (SILVA, 2014, p.106).

Acerca da normatização: as interações relacionadas com a diplomacia de defesa são normatizadas através de documentos no âmbito do Congresso, governo ou de entidades que atuam na política internacional no âmbito da Defesa (SILVA, 2014, p.163). Além da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961, a normatização da

prática da designação de adidos passou a ser complementada pelas Forças Armadas ou o Ministério da Defesa (SILVA, 2014, p.104).

Por fim, existem críticas: as Forças Armadas, ao não se dedicarem a tarefas não inerentes ao combate e executarem operações de paz, atuarem em ajuda humanitária, no desenvolvimento e na “construção ou reconstrução de nações”, ajudar Estados frágeis ou minimizar problemas relacionados com meio ambiente estariam tornando-se “forças armadas de assistência social” (SILVA, 2014, p.165-166). Assim sendo, a diplomacia de defesa incorpora, também, uma dimensão de natureza não essencialmente militar relacionada com a segurança (SILVA, 2015, p.191). Ou seja, a diplomacia de defesa é mais ampla e é praticada por agentes civis e militares do âmbito dos ministérios da Defesa, enquanto que a diplomacia militar é foco maior das forças singulares em termos de cooperação militar.

Interpretações sobre diplomacia militar e de defesa refletidos pelo caso do Exército Brasileiro

No âmbito do EB, os autores Albuquerque (2023), Studart (2019) e Castro (2021), baseiam-se na definição de diplomacia de Defesa de Silva (2014) para descrever como os intercâmbios realizados pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) contribuem para tal prática, utilizando também a revisão conceitual e documental. O autor conclui que a “Diplomacia de Defesa tem permitido a manutenção de vínculos de confiança mútuos entre os Estados. Esses vínculos são estabelecidos por meio de atividades de cooperação e intercâmbio entre as Forças Armadas dos países” (ALBUQUERQUE, 2023, p.12). O envolvimento na diplomacia de defesa no âmbito do Exército Brasileiro se deu a partir de uma série de ações como: missões permanentes no exterior junto às representações diplomáticas e organismos internacionais; conferências e reuniões, bilaterais ou multilaterais; cursos, estágios, seminários e visitas, tanto de militares brasileiros no exterior quanto de autoridades e militares estrangeiros no Brasil; intercâmbios militares diversos; exercícios/treinamentos em conjunto com tropas estrangeiras no Brasil e no exterior, etc. (ALBUQUERQUE, 2023, p.9).

Além disso, o autor previamente citado inferiu, por meio da análise dos intercâmbios da ECEME com militares de outros países, que há uma boa relação entre os Ministérios da Defesa dos países do Cone Sul, a alternância política dos governos da região não impacta os documentos normativos estratégicos (PND, END e DAEBAI), o que demonstra a “importância de uma boa governança em termos de relações militares com outros países” e “revela a interação permanente entre os Exércitos do Cone Sul, denotando uma confiança mútua entre as instituições” (ALBUQUERQUE, 2023, p.13).

Castro (2021), assim como Albuquerque (2023), faz uma conexão entre a Política Externa e a Política de Defesa e se baseia na definição de diplomacia de defesa e diplomacia militar de Silva (2014), porém além da revisão conceitual utiliza o Estudo de Caso e o *Process Tracing*. O autor elucida a diferença entre os conceitos, mas também os explora como ferramenta capaz de dissipar hostilidades entre os Estados, auxiliando a Política Externa brasileira em um cenário de instabilidade (CASTRO, 2021). Não somente como um instrumento de construção de confiança em tempos de paz, a diplomacia militar:

“[...] enquadra-se como um tipo de atuação internacional das Forças Armadas diretamente alinhada com as aspirações nacionais e com as orientações governamentais, em particular à política externa brasileira, encontradas nos principais documentos do país, como, por exemplo, a Constituição Federal (CF), a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) (CASTRO, 2021, p.4).

Compreendendo de que modo a diplomacia militar auxiliou na superação da rivalidade entre o Brasil e a Argentina nas décadas de 1970/1980, o autor constatou as FAs atuaram de modo complementar e auxiliar ao MRE, “tornando-se um ator adicional na busca pelo entendimento entre brasileiros e argentinos durante a crise das hidrelétricas entre os dois países” (CASTRO, 2021, p.90). A diplomacia militar “mostra-se como uma ferramenta da política externa, a serviço do interesse nacional, tendo a característica de trazer maior transparência e confiança na esfera militar, podendo

induzir a cooperação para outras áreas” (CASTRO, 2021, p.92). O autor constatou a partir de telegramas da embaixada brasileira em Buenos Aires a aproximação entre as FAs dos dois países, ajudando a resolver a chamada crise das hidrelétricas de Itaipu:

“A diplomacia militar praticada pelas Forças Armadas brasileiras auxiliou na resolução do impasse na questão das hidrelétricas, por meio da aproximação com as instituições militares argentinas na busca por objetivos comuns entre ambos, possibilitando um caminho para o entendimento e a definição de novos rumos para o relacionamento bilateral, a partir das instâncias diplomáticas dos respectivos Ministérios de Relações Exteriores” (CASTRO, 2021, p.94).

Stuart (2019), assim como Castro (2021) e Albuquerque (2023), também se baseia na definição de diplomacia de defesa de Silva (2014), acrescenta também a obra de Silva (2015) para entender de que forma e com qual nível de articulação com a Política Externa Brasileira o Exército Brasileiro tem exercido sua diplomacia de defesa a partir de 2005. Utiliza a revisão conceitual e documental e dialoga com Albuquerque (2023) por ter foco de análise no Estado-Maior do Exército (EME). O autor parte da identificação das ações típicas dessa diplomacia de defesa, mais especificamente no caso do Exército Brasileiro para analisar as atividades da diplomacia da Força exercidas de 2005 adiante classificando-as por grupos e conforme o tipo da atividade (STUART, 2019, p.16).

Para estudar quais as possíveis contribuições da diplomacia de defesa do Exército para a articulação entre Política Externa e Política de Defesa, o autor utilizou como referência documental não só os normativos PND/END e o LBDN, mas também o DAEBAI (Stuart, 2019). Os primeiros três não contemplam em nenhum local o termo diplomacia militar ou diplomacia de defesa de maneira explícita, enquanto que o último sim (STUART, 2019, p.27). A denominação diplomacia de defesa é não só mais atual, como também mais abrangente (STUART, 2019, p.33).

A diplomacia de defesa tem a possibilidade de reforçar a presença brasileira na América do Sul, em fóruns de alto nível no âmbito da defesa, como o Conselho de Defesa

Sul-Americano (CDS) e parece ser promissora nas relações com os países africanos e integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) (STUDART, 2019, p.61). “A diplomacia de defesa pode gerar oportunidades de incrementar a influência brasileira nesses Estados, contribuindo com a transferência de expertise em segurança e defesa” (STUDART, 2019, p.61). Segundo Studart:

“[...] é possível dizer que A diplomacia de defesa, analisada aqui a partir da perspectiva do Exército, encerra várias oportunidades para uma efetiva e prolífera articulação com a PEB através da coordenação de esforços com a diplomacia tradicional representada em sua práxis pelo Itamaraty” (STUDART, 2019, p.62).

Para identificar quais são os tipos de ações da Diplomacia de Defesa que o Exército Brasileiro vem praticando a partir de 2005, o autor se utiliza de documentos e controles oficiais do Exército, da 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (EME), além de outros documentos ostensivos e atos administrativos publicados em Diário Oficial da União e internos (STUDART, 2019, p.67-68). O órgão central da Diplomacia de Defesa do Exército Brasileiro é a 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (EME) (STUDART, 2019, p.68):

“A partir das diretrizes e da coordenação, entram em cena uma série de órgãos e planos que operacionalizam essas diretrizes. Há, por exemplo, o Plano de Visitas e Outras Atividades em Nações Amigas (PVANA), Plano de Cursos e Estágios em Nações Amigas (PCENA), Plano de Visitas de Militares ao Exército Brasileiro (PVMEB), órgãos como o Comando de Operações Terrestres (COTER), que operacionalizando o preparo e emprego da Força, muitas vezes lança mão de intercâmbios e parcerias internacionais, para citar alguns” (STUDART, 2019, p.68).

Interpretações sobre diplomacia militar e de defesa refletidas pelo contexto das Operações de Paz

No contexto da diplomacia militar dentro das Operações de Paz (OPs) das Nações Unidas, Studart (2019) e Loures (2023) focam na articulação de Política de Defesa com a Política Externa Brasileira pelo EB, por meio da revisão conceitual e documental,

se baseando na definição de diplomacia de defesa de Silva (2014) e de Silva (2015) e utilizando como fonte a PND/END. Acrescentam que a diferenciação entre diplomacia militar e de defesa em “referente aos recursos empregados por cada uma delas, isto é, a diplomacia militar utiliza as Forças Armadas (o componente fardado), enquanto a diplomacia de defesa também pode ser praticada pelos civis que compõem o MD” (LOURES, 2023, p.45).

A autora faz um acompanhamento das atividades dentro das operações de paz, que aconteceram entre os anos 2003-2010 e que contaram com a participação de militares brasileiros (LOURES, 2023, p.17). Utiliza as operações de paz no continente africano como um estudo de caso, mostrando como um instrumento facilitador da articulação entre Política Externa e Política de Defesa pode proporcionar ganhos estratégicos para o Brasil (LOURES, 2023, p.22). A diplomacia militar é capaz de auxiliar MRE em suas diretrizes e ações de Política Externa (LOURES, 2023, p.28).

Porém, de acordo com Loures, a atuação brasileira nas Operações de Paz apresenta uma dualidade na medida em que a atuação das FAs brasileiras no continente africano não remete apenas a uma ação altruísta (diplomacia de solidariedade), mas a um viés estratégico do processo de inserção internacional brasileira e de segurança do Entorno Estratégico. “Com isso, participar das operações de paz das Nações Unidas caracterizaria uma maior protagonismo no contexto internacional” (LOURES, 2023, p.132). Um dos ganhos foi participar no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) eleito como membro rotativo, com participação mais ativa nas missões entre os anos (2003-2010) (LOURES, 2023, p.132). Além disso:

“[...] a participação em OPs colabora em ampliar a presença brasileira em outras regiões do mundo, bem como aumentar os processos de integração regional com suas zonas estratégicas como a América do Sul e os países que compõem a ZOPACAS, no âmbito do Atlântico Sul” (LOURES, 2023, p.132).

Resumidamente, manter os seus efetivos adestrados permite “o reconhecimento de outros países quanto ao nível profissional e de preparo no qual os militares brasileiros apresentam” (LOURES, 2023, p.132). A participação do Brasil nas operações

de paz pode ser “um facilitador para a articulação entre a Política Externa e a Política de Defesa do país” e “incrementar uma imagem positiva das Forças Armadas brasileiras”, ao passo que são reconhecidas por suas ações pelos outros países, “facilitando assim o intercâmbio de conhecimento técnico-militar entre seus pares internacionais” (LOURES, 2023, p.132).

Pereira (2017), assim como Studart (2019), investiga a articulação entre Política Externa e Política de Defesa, por meio da revisão conceitual e documental, utilizando também os normativos PND/END, o LBDN e o DAEBAl, porém, para verificar a existência da diplomacia de defesa no Brasil e analisar sua atuação estratégica e ferramenta alinhada com a Política Externa brasileira. O autor verificou que a diplomacia de defesa não aparece nos documentos oficiais brasileiros, exceto nas edições do DAEBAl, que traz ferramentas atreladas ao termo (PEREIRA, 2017).

Pereira conclui que a diplomacia de defesa não tem um direcionamento apropriado, apesar de utilizada pelo Brasil (suas ferramentas) e de ser um instrumento valorizado em outros Estados, algo que reforça a Política Externa, não há uma estratégia estudada e preparada, como uma política de emprego, resultando em esforços coordenados e duplicidade. Sem planejamento cuidadoso e sem o reconhecimento formal dessa atuação, tudo fica menos eficiente (PEREIRA, 2017, p.247-248). Por fim, a diplomacia de defesa pode contribuir para que os objetivos nacionais no campo externo sejam alcançados (pereira, 2017, p.253).

Grigoli e Castro (2022), por sua vez, ao analisarem diplomacia militar como braço da diplomacia estatal, identificam como a atuação de militares da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) difere dos objetivos iniciais da Operação de Paz (OPaz) evidenciando uma sobreposição de agendas, a de interesse nacional em relação ao interesse comum, criando obstáculos ao cumprimento da missão (GRIGOLI; CASTRO, 2022, p.92).

Os autores (GRIGOLI; CASTRO, 2022) se baseiam nos documentos doutrinários de defesa do Brasil, suas diretrizes e objetivos (PND/END), da mesma forma que

Studart (2019), Loures (2023), Albuquerque (2023) e Pereira (2017) e analisam a dinâmica de diplomacia militar dentro da ONU por meio da pesquisa documental (ONU e UNMISS), e a observação participante não estruturada no Sudão do Sul, para entender como a diplomacia militar, realizada pelos militares cedidos à UNMISS, influenciaria a eficácia da missão (com base no interesse nacional de seus países) (GRIGOLI; CASTRO, 2022, p.95).

Acerca do debate da influência das chamadas agendas, por meio da diplomacia militar, “assim como as agendas nacionais estatais, é preciso conhecer as intenções declaradas ou não dos Arranjos Regionais (AR), principalmente ao entender como suas principais lideranças atuam” (GRIGOLI; CASTRO, 2022, p.104). Os autores apresentam formas de reduzir e/ou mitigar esses efeitos no sistema ONU para o aprimoramento do multilateralismo, “entendendo o papel das alianças transnacionais na mitigação dessas diversas agendas nacionais no âmbito da missão” (GRIGOLI; CASTRO, 2022, p.104). Os autores defendem o fortalecimento equilibrado dos Arranjos Regionais para que os processos não sirvam de instrumentos de alguns Estados para operarem suas agendas nacionais através destes. “Assim como as agendas nacionais estatais, é preciso conhecer as intenções declaradas ou não dos AR, principalmente ao entender como suas principais lideranças atuam” (GRIGOLI; CASTRO, 2022, p.105). Como colocam os autores:

“No que se refere à realidade do Sudão do Sul e o papel da UNMISS, os exemplos empíricos possibilitaram observar a presença de agendas nacionais durante a atuação de militares no território sul-sudanês. Os interesses divergentes entre as agendas nacionais que norteiam as ações da presença militar na missão, somados aos desafios inerentes a um país em reconstrução, dificultam ainda mais o cumprimento dos objetivos traçados para a missão de paz” (GRIGOLI; CASTRO, 2022, p.105).

Interpretações sobre diplomacia militar e de defesa refletidas pela região do Atlântico Sul

Acerca da diplomacia militar na região marítima do Atlântico Sul, Silva (2020) tem a intenção de entender quão importante ela é para a projeção internacional do Brasil e como a diplomacia de defesa e a cooperação internacional em defesa contribuem para a segurança do país. Silva parte da revisão conceitual e documental, e analisa cooperação em defesa de caráter naval (SILVA, 2020, p.8), se baseando em Silva (2014) e Silva (2015) para robustecer o arcabouço teórico.

O autor constatou a importância do Atlântico Sul, “região de pleno interesse brasileiro, como um amplo espaço para a promoção da cooperação horizontal entre os países da região, e cujo objetivo mútuo é o desenvolvimento regional”, e descreveu como segunda área de importância geoestratégica para o Brasil (seguindo a do entorno estratégico) (SILVA, 2020, p.136). Ainda que pouco provável que o Brasil consiga somente em iniciativas diplomáticas de defesa (além das normas internacionais), “assegurar os seus legítimos interesses e pleitos marítimos na região do Atlântico Sul, sem enfrentar oposições interesseiras significativas” (SILVA, 2020, p.138) a cooperação com os países da região é fundamental:

“Assim, os esforços da forte presença do estado brasileiro no Atlântico Sul estão fortemente vinculados aos programas de cooperação em defesa, tanto no âmbito bilateral quanto na sua dimensão multilateral, pois são atividades que permanecem contribuindo e colaborando para com os seus vizinhos, como a diplomacia de defesa atuando de forma a dar consistência a política externa nacional, apoiado pelas ações de cooperação de defesa junto aos estados vizinhos promovem a inserção internacional do País, para além desse espaço regional” (SILVA, 2020, p. 137-138).

Dialogando com Silva (2020), também tratando de diplomacia de defesa marítima, Macedo (2013) aborda o espectro de atuação ampliado da diplomacia naval, que desempenha novas funções no campo da ajuda militar, humanitária, etc., analisando a participação do Brasil em operações de paz e atuação multilateral

e regional, no âmbito da ZOPACAS. A diplomacia naval é cada vez mais empregada como instrumento poderoso de política externa. “A análise da conjuntura histórica do cenário internacional após a Guerra Fria indica que a diplomacia naval continua sendo um instrumento largamente utilizado no apoio à política externa dos Estados” (MACEDO, 2013, p.402).

Citando como exemplo a Cooperação Naval Brasil-Namíbia como eficácia simbólica da diplomacia naval e diplomacia de ajuda, o autor afirma:

“Trata-se, de um lado, de uma ação positiva que adensa um relacionamento prioritário na política externa brasileira e, de outro, do atendimento à Política de Defesa Nacional que considera o Atlântico Sul e a costa ocidental da África como espaço marítimo inserido no contorno estratégico brasileiro” (MACEDO, 2013, p.404).

Além do exposto, o autor previamente citado se apoia na PND/END e no LBDN para refletir sobre a necessidade de se intensificar e aprimorar a interação entre o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores. “É necessário adensar a interação entre as instâncias diplomática e de defesa por meio da criação de um espaço de reflexão para a análise, planejamento e formulação de estratégias a serem implementadas pelas diplomacias política e naval do Brasil” (MACEDO, 2013, p.409). Ou seja, a densidade dessa interação necessita ser aprimorada, “por meio de iniciativas políticas que conduzam à criação de um espaço formal e permanente de interação” (MACEDO, 2013, p.409). Como conclui Macedo:

“A formalização dessa interação passa por mecanismos tais como a criação de uma assessoria permanente dedicada à análise, encaminhamento e formulação dos temas de política externa que envolvem a defesa dos interesses do Brasil, com atribuições consultivas e dotadas de um programa de trabalho que envolva grupos de estudo e parcerias com representantes provenientes das escolas militares, de instituições tais como a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), bem como de todas as entidades que representam governo, academia e sociedade brasileiras” (MACEDO, 2013, p.409).

Assim como Macedo (2013), os autores Vaz e Migon (2013) também focam no âmbito da cooperação naval e mecanismos de segurança do Atlântico Sul, mais especificamente na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). O autor investiga as possibilidades de cooperação entre o Brasil e os Estados-membros da ZOPACAS em assuntos de segurança e defesa (S&D) (VAZ; MIGON, 2013). Constata que a presença de potências extrarregionais no Atlântico Sul, as atividades criminosas e o crescimento da importância geopolítica daquela área oceânica aumentam também a preocupação dos países limítrofes com a segurança regional (VAZ; MIGON, 2013, p.128). O autor afirma que “o Brasil apresenta uma maturidade considerável no tema e possui plenas condições de participar como protagonista”, se referindo às operações de manutenção de paz (VAZ; MIGON, 2013, p.129) e termina por demonstrar que existem “amplas as possibilidades de cooperação em Segurança & Defesa no âmbito da ZOPACAS”, reconhecendo a importância geopolítica do Atlântico Sul (VAZ; MIGON, 2013, p.129).

Assim como Macedo (2013), os autores Vaz e Migon (2013) também focam no âmbito da cooperação naval e mecanismos de segurança do Atlântico Sul, mais especificamente na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). O autor investiga as possibilidades de cooperação entre o Brasil e os Estados-membros da ZOPACAS em assuntos de segurança e defesa (S&D) (VAZ; MIGON, 2013). Constata que a presença de potências extrarregionais no Atlântico Sul, as atividades criminosas e o crescimento da importância geopolítica daquela área oceânica aumentam também a preocupação dos países limítrofes com a segurança regional (VAZ; MIGON, 2013, p.128). O autor afirma que “o Brasil apresenta uma maturidade considerável no tema e possui plenas condições de participar como protagonista”, se referindo às operações de manutenção de paz (VAZ; MIGON, 2013, p.129) e termina por demonstrar que existem “amplas as possibilidades de cooperação em Segurança & Defesa no âmbito da ZOPACAS”, reconhecendo a importância geopolítica do Atlântico Sul (VAZ; MIGON, 2013, p.129).

Interpretações sobre diplomacia militar e de defesa refletidas pela região da América do Sul

Com foco no âmbito regional do continente sul-americano, Silva (2022) trata a diplomacia como exemplo de emprego do *smart power* e, assim como Castro (2021), utiliza como metodologia a revisão conceitual, o Estudo de Caso e o *Process Tracing*. O autor analisa o papel da diplomacia militar nas relações entre Brasil e EUA, da Segunda Guerra Mundial até o final da Guerra Fria, e verifica as causas que contribuíram para que a aproximação entre os dois países e fortalecesse o *status* brasileiro de líder no subcontinente sul-americano (SILVA, 2022, p.14-15). O autor dialoga com Castro (2021), Albuquerque (2023), Pereira (2017) e Studart (2019) ao investigar a articulação entre Política Externa brasileira e Política de Defesa.

Silva (2022) utiliza como estudo de caso as relações entre o Brasil e os Estados Unidos de 1939 até 1991 e constata que embora a diplomacia militar foi instrumento essencial para o incremento do poder militar brasileiro em face à Argentina e a “[...] a diplomacia militar envolvendo brasileiros e norte-americanos não se manteve em ritmo constante nos dois momentos estudados” (SILVA, 2022, p.85) ela:

“[...] foi um mecanismo relevante para que o Brasil alcançasse seu status de potência média ou regional, ou seja, com capacidade de interferir nas questões sul-americanas a seu favor, ainda que haja outros mecanismos que tenham colaborado significativamente para tal” (SILVA, 2022, p.100).

Soares (2009), ao analisar a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), mecanismo de Defesa da União de Nações Sul-americanas (Unasul), reflete se o Brasil não tem dado suficiente importância à implementação de uma diplomacia cultural relações com os países da América do Sul contrariamente, a “diplomacia militar” que tem “adquirido particular importância na política externa brasileira” (SOARES, 2009, p.43). “O tema da defesa ocupa um lugar de muito maior destaque na agenda das reuniões presidenciais do que a cultura” (SOARES, 2009, p.44). “Contrariamente, a ‘diplomacia cultural’ tem merecido pouca ou quase nenhuma atenção governamental”

(SOARES, 2009, p.44). A autora conclui por entender que as “medidas de confiança mútua necessárias para que os estados sul-americanos construam relações de confiança e de cooperação não devem restringir-se ao campo da defesa” (SOARES, 2009, p.51):

“Observa-se, na atualidade, uma certa indefinição e/ou oscilação nas relações do Brasil com os países vizinhos: ora predomina a “diplomacia da pacificação”, ora a “diplomacia assistencialista” ora recorre-se à ‘diplomacia militar’” (SOARES, 2009, p.47).

Apesar da hipótese de que a “diplomacia militar” teve maior importância que a diplomacia cultural no período que se deu a criação da Unasul e em diante pela autora citada, o ambiente e as estruturas de intercâmbio entre ministros de Defesa e Forças Armadas entre os países do bloco, e que permitiu, portanto, a criação de forma rápida do foro de consultas em matéria de Defesa (em menos de um ano ele surgiu, dentro da organização), se deve muito ao fato de que as Conferências Bilaterais de Estado-Maior (CBEM) ou seja, os canais de diplomacia militar, já existiam bem antes do concerto em si, assim como outros tipos de conferências (em menor nível) das FAs sul-americanas e/ou pan-americanas, bem como operações de treinamentos conjuntos e exercícios militares multilaterais dos mais variados tipos entre exércitos como o UNITAS (exercício marítimo multinacional mais antigo da região).

Medeiros Filho (2023) analisa a cooperação militar entre Brasil e Colômbia na Amazônia para compreender a natureza das ameaças naquela região e os desafios relacionados ao enfrentamento das vulnerabilidades estatais e das debilidades institucionais nas áreas fronteiriças (MEDEIROS FILHO, 2023, p.40). O autor destaca os principais canais de diplomacia entre os militares dos dois países: as Conferências Bilaterais de Estado-Maior (CBEM) e as Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar Brasil (RRIM) (MEDEIROS FILHO, 2023, p.52). Tais canais são importantes para o Brasil. A primeira é realizada a cada dois anos e a segunda anualmente. Somado a isso, temos o papel de importância que os destacamentos militares possuem em linha de fronteira.

Medeiros Filho (2023) conclui que a percepção mútua do compartilhamento de ameaças comuns por militares de ambos os países, as percepções de risco de fragmentação territorial e de surgimento de poderes paralelos que ameaçam a soberania doméstica, contribuem para gerar “um elemento de identidade baseado no sentimento de vizinhança” (MEDEIROS FILHO, 2023, p.55), portanto, a presença militar do país vizinho não é vista como ameaça. “O compartilhamento de ameaças em áreas fronteiriças, por sua natureza, tem contribuído para o estabelecimento de um considerável canal de cooperação e de confiança mútua entre militares dos dois países” (MEDEIROS FILHO, 2023, p.55), afinal:

“[...] ainda que o conflito interestatal não tenha sido eliminado nos cálculos dos Estados-Maiores, as ameaças mais iminentes nesses países não têm origem em conflitos militares, mas na incapacidade dos Estados de exercerem o pleno controle de seus territórios e de adotarem políticas públicas eficientes no enfrentamento das vulnerabilidades sociais” (MEDEIROS FILHO, 2023, p.55-56).

Concluindo, os textos tratam de termos e situações que estão entrelaçados, como diplomacia militar e diplomacia de defesa, sendo esse último mais recente e consistente na literatura. Podemos notar presentes os seguintes termos: Diplomacia Naval (MACEDO, 2013), Diplomacia Militar (CASTRO, 2021; GRIGOLI, 2022; LOURES, 2023; SILVA, 2022; SOARES, 2009; VAZ; MIGON, 2013), Diplomacia de Defesa (ALBUQUERQUE, 2023; PEREIRA, 2017; SILVA, 2014; SILVA, 2015; SILVA, 2020; STUDART, 2019), Cooperação Militar (MEDEIROS FILHO, 2023; ALBUQUERQUE, 2023; SILVA, 2022) e Cooperação em Defesa (SILVA, 2020; VAZ; MIGON, 2013).

Por fim, vale notar que autores como Albuquerque (2023), Studart (2019), Castro (2021), Silva (2020) e Silva (2022) se baseiam na definição de Silva (2014) e/ou Silva (2015) de diplomacia de defesa para aporte teórico. Os autores Albuquerque (2023), Studart (2019), Loures (2023), Pereira (2017), Grigoli e Castro (2022) e Silva (2022) utilizam a PND/END como base normativa e documental de pesquisa enquanto que autores como Albuquerque (2023) e Studart (2019) acrescentam, além destes, o

DAEBAI em suas análises, dando foco de análise ao Exército Brasileiro. Além disso, autores como Castro (2021), Pereira (2017), Macedo (2013) e Vaz e Migon (2013) utilizam o LBDN (somado à PND/END) para referencial documental, e, por fim, há autores usam todos os quatro documentos previamente citados em suas análises, como Pereira (2017) e Studart (2019).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente artigo procurou analisar, por meio da metodologia do Estado do Conhecimento, os conceitos de diplomacia militar e diplomacia de defesa na perspectiva científica brasileira. A revisão bibliográfica utilizou como referências teses, dissertações e artigos publicados em periódicos acadêmicos online (nacionais e internacionais) utilizando as palavras-chave “diplomacia militar” e “diplomacia defesa”, sem aspas, em *sites* com acesso aberto (exceto pela *Taylor & Francis*). Obtivemos as fontes secundárias selecionando quatorze textos de seiscentos e cinquenta e três (653) resultados para compor o *corpus* de análise.

A diplomacia de defesa pode ser definida como: “conjunto de práticas sociais específicas de agentes oficiais, para construir e reproduzir as relações não coercitivas no âmbito da Defesa entre os Estados e outras entidades com status na política internacional” (SILVA, 2014, p.95; SILVA, 2015, p.188-189); e diplomacia militar como: “conjunto de práticas sociais específicas de agentes oficiais para administrar as relações não coercitivas no âmbito militar entre os Estados e outras entidades que atuam na política internacional” (SILVA, 2015, p.98; SILVA, 2015, p.190-191).

A metodologia do Estado do Conhecimento providenciou para o pesquisador uma ferramenta útil de investigação e um modelo replicável. Seguindo os passos/etapas, é esquematizado, sistematizado e categorizado o conhecimento de um determinado campo ou área de estudo/pesquisa. Isso permitiu conhecer melhor o foco da produção científica, seja ela local, nacional, regional ou internacional. O método auxiliou a definir melhor o objeto de estudo/investigação e apoiou tanto na construção da Dissertação de mestrado do autor quanto no artigo de qualificação do Programa.

Utilizando como referência quatro documentos normativos, a Estratégia Nacional de Defesa (END)/Política Nacional de Defesa (PND) de 2012, 2016 e 2020, o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) de 2012 e 2020 e a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI) do Exército Brasileiro (EB) de 2013, 2016, 2020 e 2024, foi possível realizar uma análise de pesquisa documental. A justificativa para a escolha dos documentos teve como base utilizar os principais normativos estratégicos sobre Defesa que versam sobre Política Externa e atuação internacional mais recentes, e que também são trabalhados pelos autores citados neste artigo, a saber: PND/END (2012, 2016 e 2020), LBDN (2012 e 2020) e DAEBAI (2013, 2016, 2020 e 2024).

Pôde-se notar que diplomacia militar é um instrumento importante para o Exército Brasileiro e o Ministério da Defesa. Para o EB e o MD, é necessário ampliar a projeção internacional do País (no contexto ou concerto mundial) e em processos decisórios. Portanto, é um conceito definido implicitamente e explicitamente por diferentes instrumentos legais, suas atividades são exploradas em caráter transversal implícito em documentos de Defesa como END/PND e Livros Brancos, sendo definido de forma implícita nos Livros Brancos quando se trata de coordenação estreita entre a Política Externa e de Defesa, e é explicitamente definido apenas nos documentos normativos (e setoriais) das Forças Singulares como o DAEBAI do EB. A PND considerou nos Objetivos Nacionais de Defesa (OND), nas Estratégias de Defesa (ED) e nas Ações Estratégicas de Defesa (AED) a atuação da diplomacia de defesa e militar, consolidando o relacionamento internacional em Defesa na PEB.

É necessário aprofundar nos dados dos militares que vão para o exterior no Ministério da Defesa e nas Forças Singulares devido a incompletude deles em questões como destino e número de adidos, adjuntos, assessores e auxiliares (de adido) em cursos no exterior. Existe um “desequilíbrio com relação a potências militares emergentes (tais como a Rússia, a China e a Índia), uma vez que o Brasil tem buscado, tanto em sua Política Externa quanto em sua Política de Defesa, evitar alinhamentos automáticos e buscar diversificar suas parcerias” (BARROS; LIMA; BARROS, 2024, p.54).

A partir de uma revisão documental, constatou-se que o DAEBAI de 2024 do EB deixa de lado a priorização de ações das atividades da diplomacia militar baseada em determinadas regiões geográficas de maior interesse, característica presente nos normativos anteriores, focando na correlação entre instrumentos e objetivos. A priorização no uso dos instrumentos se dá em função dos impactos desejados para a diplomacia militar.

Pôde-se notar que o nível das análises dos textos-base variou entre dimensões regional e internacional, focando em relações bilaterais entre o Brasil e outros países ou na atuação brasileira em organismos multilaterais (regionais e/ou internacionais), mas também nas áreas (ou regiões) de prioridade de interesse estratégico da Política de Defesa brasileira. Por meio da revisão bibliográfica, constatou-se que o fenômeno denominado “diplomacia de defesa” apresenta uma expansão de suas atividades, especialmente após a Guerra Fria (segundo os autores citados) e também um elevado grau de institucionalização, internacionalização e normatização. A literatura dos textos-base trata de termos que estão entrelaçados e sobrepostos, como diplomacia militar e diplomacia de defesa, sendo esse último mais abrangente e consistente na literatura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fizemos aplicação das etapas da metodologia do Estado do Conhecimento, notadamente, na construção do corpus de análise e descrição do processo de triagem para a sistematização e categorização a partir de tabelas detalhadas, possibilitando transparência e leitura transversal do material. A partir da revisão teórica e documental, do mapeamento da institucionalização, normatização e internacionalização dos conceitos, notaram-se lacunas da literatura especialmente a carência de estudos voltados à articulação conceitual entre diplomacia militar e de defesa e política externa, e a sobreposição entre diplomacia de defesa e diplomacia militar nos documentos oficiais, abrindo margem para novos estudos nesse sentido.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Thiago Britto de. O Exército Brasileiro e a Diplomacia de Defesa: Cooperação e Estabilidade no Cone Sul. **Revista de Geopolítica**, v. 14, n. 4, p. 1-14, 2023.

BALAKRISHNAN, Kogila. How to measure value from defence spending? The Malaysian case study. **Defense & Security Analysis**, v. 37, n. 4, p. 387-413, 2021.

BARROS, Pedro Silva; LIMA, Raphael Camargo; BARROS, Paula Macedo. **O setor de defesa brasileiro no exterior**: Desafios, oportunidades e subsídios para a revisão dos documentos de defesa. Texto para Discussão, 2024.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI)**. 2013. Disponível em: <https://www.calameo.com/exercito-brasileiro/books/00123820601e3ba92417c>. Acesso em: 16 maio 2025.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI)**. 2016a. Disponível em: https://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/01_diretrizes/01_comando_do_exercito/port_n_184_cmdo_eb_02mar2016.html. Acesso em: 16 maio 2025.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI)**. 2020a. Disponível em: https://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/01_diretrizes/01_comando_do_exercito/port_n_653_cmdo_eb_06jul2020.html. Acesso em: 16 maio 2025.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI)**. 2024. Disponível em: https://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/01_diretrizes/01_comando_do_exercito/port_n_2324_cmdo_eb_13set2024.html. Acesso em: 16 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. Escola Superior de Defesa. **Curso de Diplomacia e Defesa (CDIPLD)**. 12 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/esd/pt-br/a-esd/cursos/cdiplod/curso-de-diplomacia-e-defesa-cdiplod>. Acesso em: 16 maio 2025.

BRASIL. **Ministério da Defesa. Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)**. 2012a. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>. Acesso em: 16 maio 2025.

BRASIL. **Ministério da Defesa. Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)**. 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/cop.y_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf. Acesso em: 16 maio 2025

BRASIL. **Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa (PND)/ Estratégia Nacional de Defesa (END)**. 2012b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/ENDPND_Optimized.pdf. Acesso em: 16 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa (PND)/ Estratégia Nacional de Defesa (END)**. 2016b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_2016.pdf. Acesso em: 16 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa (PND)/ Estratégia Nacional de Defesa (END)**. 2020c. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf. Acesso em: 16 maio 2025.

CASTRO Lucas Amorim Poyares. **A Diplomacia Militar como um Instrumento da Política Externa Brasileira: Estudo da Superação da Rivalidade Brasileiro-Argentina na Crise de Itaipu**. Dissertação em Ciências Militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2021.

GRIGOLI, Guilherme de Araujo; CASTRO, Lucas Amorim Poyares. A ONU e a Diplomacia militar: a influência das agendas nacionais na Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS). **Conjuntura Austral**, v. 13, n. 62, p. 92-109, 2022.

LOURES, Debora Bedim. **A Participação dos Militares Brasileiros nas Operações de Paz entre os Anos 2003-2010: Um Ponto de Interseção entre Política Externa e Política de Defesa do País**. Dissertação em Ciências Militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2023.

MACEDO, Oswaldo Henrique Teixeira de. Perspectivas da diplomacia naval. **Revista da EGN**, v. 19, n. 2, p. 391-410, 2013.

MEDEIROS FILHO, Oscar. Cooperação militar e fronteiras na Amazônia: O caso do Brasil e da Colômbia. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 10, n. 2, 2023.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por escrito**, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014.

MOROSINI, Marilia Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado Do; NEZ, Egeslaine de. Estado de conhecimento: a metodologia na prática. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 55, p. 69-81, 2021.

PEREIRA, Eduardo de Souza. **Diplomacia de defesa: instrumento estratégico de poder inteligente na política externa do Brasil**. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança, Instituto de Estudos Estratégicos, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. A diplomacia de defesa na política internacional. **Revista da EGN**, v. 21, n. 2, p. 179-202, 2015.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. **A Diplomacia de Defesa na Sociedade Internacional**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2014.

SILVA, Marcio Magno de Farias Franco. **Diplomacia de defesa de cooperação em defesa: contribuições para a paz e a segurança marítima regionais**. 2020. Dissertação em Segurança Internacional e Defesa. Escola Superior de Guerra.

SILVA, Vinicius Lemos da. **A Diplomacia Militar como Condutora da Política Externa Brasileira: O Caso Brasil-Estados Unidos da América, 1939-1991**. Dissertação em Ciências Militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2022.

SOARES, Maria Susana Arrosa. Diplomacia cultural & diplomacia militar: o caso brasileiro. **Estudios Avanzados**, n. 12, p. 43-52, 2009.

STUDART, Alvaro Vasconcelos. **O Soldado Além da Guerra: Ações do Exército na Diplomacia de Defesa Brasileira a Partir de 2005**. Tese em Ciências Militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2019.

VAZ, Carlos Alberto Moutinho; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. O Brasil e as alternativas para o incremento da cooperação em Segurança & Defesa na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 28, n. 56, p. 110-131, 2013.

Autoria

1 Eduardo Porto de Miranda Marques

Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília, Mestrando em Segurança, Desenvolvimento e Defesa

<https://orcid.org/0000-0001-7924-4806> • eduardo_marqs98@hotmail.com

Como citar este artigo

MARQUES, E. P. M. Diplomacia de defesa e diplomacia militar: análise do Estado do Conhecimento (2009-2024). **InterAção**, Santa Maria, v. 17, n. 2, e95179, p. 1-38, jun. 2026. DOI 10.5902/1980509895179. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5902/2357797595179>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.